



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Reunião: ORDINÁRIA - Nº 7/2022 - Plenário - 25/07/2022 das 18:00 as 23:00

Decisão: 273/2022

Referência: 2638144/2022

Interessado: CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA MOTA

EMENTA: Indefere a Interrupção de registro profissional do Eng. Elet. CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA MOTA, por não se enquadrar nos requisitos previstos no art. 30, Inciso II, da Resolução nº 1.007/03 do Confea.

DECISÃO

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, no uso de suas atribuições legais, reunido em 25 de julho de 2022, analisando o relato e voto fundamentado do(a) conselheiro(a) Douglas Alberto Rocha De Castro, objeto de solicitação de interrupção de registro Carlos Henrique Oliveira Mota, Considerando, além de todo o embasamento legal descrito no Parecer da Assessoria Técnica às Fls. 19 a 24, termos complementar: I. Decisão Nº: PL-2582/2017 do CONFEA - Ementa: Revoga a Decisão Plenária nº PL-1599/2008 e dá outras providências, a qual destacam-se os seguintes CONSIDERANDOS: "CONSIDERANDO que o entendimento do Confea do dever do docente que ministra disciplinas profissionalizantes nos cursos de formação profissional nas áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea decorre da interpretação do disposto na alínea "d" do art. 7º da Lei nº 5.194, de 1966; CONSIDERANDO que tal entendimento é rebatido pelos docentes em razão do disposto no art. 69 do Decreto nº 5.773, de 2006, uma vez que tal artigo estabelece que o exercício de atividade de docente na educação superior não se sujeita à inscrição do professor em órgão de regulamentação profissional.... DECIDIU: (...) 2) Esclarecer aos Regionais que o art. 69 do Decreto nº 5.773, de 2006, estabelece que apenas o exercício de atividade docente na educação superior não se sujeita à inscrição do professor em órgão de regulamentação profissional. 3) Determinar aos Regionais continuar fiscalizando as atividades de pesquisa, experimentação e ensaios realizadas por professores que atuam na educação superior". II. A Decisão Nº: PL-1673/2020 - Ementa: Determina à Procuradoria Jurídica do Confea a elaboração de um estudo jurídico, visando a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade do art. 93 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, perante o Supremo Tribunal Federal - STF, e dá outras providências, prevê os seguintes considerandos: "CONSIDERANDO que a Lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estabelece, de forma cristalina, a necessidade de registro dos profissionais que queiram lecionar nas áreas de Engenharia ou Agronomia: Art. 7º As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em: a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, para estatais, autárquicas, de economia mista e privada; b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária; c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica; d) ensino, pesquisas, experimentação e ensaios; e) fiscalização de obras e serviços técnicos; f) direção de obras e serviços técnicos; g) execução de obras e serviços técnicos; h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.; CONSIDERANDO que, da interpretação das alíneas supraditas, o ensino é a principal atribuição na qual a exigência de registro no Conselho Profissional faz-se necessária, em virtude da capacidade para as demais atribuições, uma vez que o profissional que está apto para ensinar uma ciência, no âmbito do ensino superior, em consequência, está habilitado a experimentar, pesquisar, realizar ensaios e supervisionar estágios; CONSIDERANDO a Decisão Plenária CR nº 32, de 03 de março de 1993, do Confea, a qual dispõe que os profissionais que desenvolvem atividades docentes, o fazem com base em conhecimentos técnicos e científicos, não se limitando ao campo pedagógico; CONSIDERANDO que, conforme dispõe a PL nº 1911/1998, do Confea, a qual discorre quanto a obrigatoriedade de Registro nos Creas dos Professores que lecionem nas áreas das profissões submetidas à fiscalização dos Regionais: "o registro no Conselho Profissional não se trata de mera associação profissional ou sindical, mas de registro no respectivo órgão de fiscalização profissional, o qual presta serviço público e está autorizado a recolher coercitivamente contribuição para fiscal". CONSIDERANDO, entretanto, que especificamente para a área de educação superior, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que revogou o Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, dispensa o professor de se inscrever perante órgão de regulamentação profissional, conforme se depreende de seu art. 93, in verbis: Art. 93. O exercício de atividade docente na educação superior não se sujeita à inscrição do professor em órgão de regulamentação profissional. Parágrafo único. O regime de trabalho docente em tempo integral compreende a prestação de quarenta horas semanais de trabalho na mesma instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, vinte horas semanais para estudos, pesquisa, extensão, planejamento, gestão e avaliação; considerando que o disposto no art. 93 do Decreto nº 9.235, de 2017, recepcionou aquilo que estabelecia o art. 69 do Decreto nº 5.773, de 2006, o qual previa que o exercício de atividade docente na educação superior não se sujeita à inscrição do professor em órgão de regulamentação profissional; CONSIDERANDO que, contudo, o Decreto nº 9.235, de 2017, concedeu a isenção de registro limitada à atividade docente, não podendo, dessa forma, o exercício de funções e atividades técnicas, tais como: consultorias, assessorias, gerências e outras, caso contrário, sendo passíveis de exigência de registro; CONSIDERANDO a recomendação na Decisão Plenária CR nº 173, de 08 de julho de 1992, que os Creas fiscalizem as atividades das Instituições de Ensino, quanto às atividades de assistência técnica, consultoria e similares, prestadas através de contratos, convênios ou correlatos, a empresas.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

CONSIDERANDO que o Plenário do Confea, mediante a Decisão Plenária nº PL-2582/2017, decidiu determinar aos Regionais continuar fiscalizando as atividades de pesquisa, experimentação e ensaios realizadas por professores que atuam na educação superior". considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator deste Plenário, **DECIDIU** por unanimidade, pelo INDEFERIMENTO do Requerimento de Interrupção de Registro formalizado pelo Eng. Elet. CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA MOTA, por não se enquadrar nos requisitos previstos no art. 30, Inciso II, da Resolução nº 1.007/03 do Confea, tendo em vista que não atende a todas as exigências para interrupção de seu registro estabelecidas pela citada Resolução, uma vez que ocupa cargo para o qual são exigidos conhecimentos técnicos atinentes ao BACHARELADO de sua formação. Decisão proferida na 556ª Sessão Ordinária de Plenário do Crea-AM. Presidiu a reunião o senhor **Afonso Luiz Costa Lins Junior**. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Amarildo Almeida De Lima, Anderson De Medeiros (suplente), Audinei Lima Leite, Claudécir Malveira De Souza, Claudionildo Teles Batalha (suplente), Dinilson Bandeira Robert, Douglas Alberto Rocha De Castro, Eirie Gentil Vinhote, Gabriel Monte Paiva (suplente), Jackson Pantoja Lima, Janeth Fernandes Da Silva, Jose Augusto Bezerra De Abreu, Luis Antonio De Araujo Pinto, Luiz Claudio Ribeiro Da Rocha, Marcelo De Almeida Conceição, Raimundo Humberto Cavalcante Lima, Samir Oliveira Salles, Silfran Rogerio Marialva Alves, Valcemir Freitas De Souza (suplente), Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes. Não houve voto contrário. Não houve abstenção.

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 25 de julho de 2022.

AFONSO LUIZ COSTA LINS JUNIOR
Presidente do Plenário